



O modo imperativo na campanha de isolamento social: uma leitura a partir da teoria dos atos de fala

Marilza de Oliveira

Universidade de São Paulo, Rua da Reitoria, 374, 05508-220, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo. *Author for correspondence. E-mail: marilza@usp.br

RESUMO. Este trabalho aborda o uso do imperativo na campanha de isolamento social, dentro da proposta metodológica de pesquisa empírica. Por meio das plataformas *Facebook* e *Instagram*, foram coletados dados sobre o incentivo a ficar em casa em todos os municípios de 16 estados brasileiros na primeira quinzena de abril. Observamos o predomínio da fórmula ‘Fique em casa’ nas regiões sul e sudeste e oscilação entre ‘Fique’ e ‘Fica’ nos estados nordestinos. Essas escolhas que estão na contramão dos usos na fala espontânea são interpretadas à luz do quadro teórico de atos ilocucionais (Austin, 1990; Searle, 1981 e 2002), associado ao princípio da marcação (Givón, 1995).

Palavras-chave: Marcação; variação; atitude linguística; ato diretivo; força ilocucional.

Imperative expression in social distancing campaigns: from the perspective of speech act theory

ABSTRACT. The current study aims to analyse the imperative expression in Brazilian social distancing campaigns, based on quantitative treatment of data. For sampling, hashtags ‘Fique em casa’ or ‘Fica em casa’ (Stay at home) of pages of town hall of sixteen Brazilian states on *Facebook* and *Instagram* were collected between 1st to 15th April 2020. The data was analysed according to the Health’s Minister utterance ‘Fique em casa!’ during the conference press. Far from the spontaneous speech, these outcomes reveal that the minister utterance was rechoed in the Southern but there was oscillation between one form and the other in the North-east. These results are interpreted by the Illocutionary Acts Theory (Austin, 1990; Searle, 1981 and 2002) and by Markedness Principle (Givón, 1995).

Keywords: Markedness; variation; linguistic attitude; directive act; illocutionary force.

Received on June 2, 2020.

Accepted on July 6, 2021.

Introdução

A expressão do imperativo tem se revelado um dos objetos morfosintáticos que mais explicitam diferenças linguísticas regionais. Regiões setentrionais do país tendem ao uso do modo subjuntivo (‘fique’) como fonte do imperativo ao passo que as regiões meridionais adotam as formas do modo indicativo (‘fica’), associadas às formas verbais de 3^a. e 2^a. pessoas, respectivamente. Preliminarmente, tais associações sugerem codificações do traço [$\pm$ distanciamento] em uma relação interacional: o maior distanciamento seria expresso pelo modo subjuntivo na 3^a. pessoa verbal; o menor distanciamento acionaria o modo indicativo na 2^a. pessoa verbal. Entretanto, a identificação do pronome *você* com o traço [-distanciamento] (Faraco, 1986) seja com o imperativo-subjuntivo na região nordeste seja com o imperativo-indicativo na região sudeste desarticula a correlação entre as formas do imperativo e as condições semântico-pragmáticas inerentes à interação verbal (Scherre, 2008).

Para os falantes das regiões abaixo da linha de Vitória do Espírito Santo, a fórmula ‘fique’ adotada pelos nordestinos tem um quê de autoritário (Scherre, Cardoso, Lunguinho, & Salles, 2007). Puxando para a acústica uma observação feita por Baxandall (2006) a respeito de imagem visual, essa atitude linguística – ‘enxergar’ rispidez ou intransigência no imperativo nordestino – pode se referir não tanto ao objeto linguístico em si, mas ao efeito que essa fórmula produz em quem não a usa ou a usa de forma redutível.

Esse atrito entre objeto linguístico e o efeito que ele produz mostra que mapear os usos do modo imperativo e as funções simbólicas a eles associadas é essencial para entender a troca linguística entre falantes

dos vários pontos do país. Uma falha na comunicação de uma expressão imperativa – quando um objeto linguístico é produzido com a função X mas recepcionado com a função Y – pode trazer alguns prejuízos para o que está sendo compactuado entre os falantes. Por esse motivo, consideramos importante uma análise que correlacione a expressão do imperativo com os atos de fala (Searle, 1981), procurando responder à questão: a fórmula ‘fique’ adotada pelos nordestinos têm, de fato, um quê de autoritário? Nesse sentido, este trabalho pretende explorar a expressão do imperativo no cruzamento interdisciplinar entrelaçando sociolinguística e pragmática.

Entendendo que a língua falada penetra na modalidade escrita (Scherre, 2008), faremos o levantamento das *hashtags* #fiqueemcasa e #ficaemcasa, considerando-as dados representativos das expressões usadas na oralidade. Ressalte-se que a diferença linguística entre as regiões apontadas, no que concerne ao modo imperativo, não fica restrita à modalidade de língua falada. A escrita também a denuncia. Por exemplo, em Salvador, o imperativo-indicativo na língua falada e na língua escrita é inferior a 25 % (Sampaio, 2001; Abreu, 2003).

Buscamos interpretar essas expressões a partir de atos de fala, haja vista que nos tempos atuais, em virtude da pandemia do Covid-19, a expressão imperativa tem sido a tônica da campanha de isolamento social como estratégia para atenuar o avanço da doença de forma a não provocar o colapso do sistema de saúde no país. Dentro dessa atmosfera, cada estado tem utilizado estratégias e termos específicos para se referir às ações tomadas para o combate à disseminação do coronavírus, como mostra o Correio Braziliense (1/4/2020): ‘medidas de quarentena’ (São Paulo) ‘medidas de enfrentamento da propagação’ (Rio de Janeiro) ‘medidas de prevenção ao contágio’ (MG). Concomitantemente a essas medidas que chegam na forma de decretos, o ex-ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, encerrava suas entrevistas coletivas diárias sobre o panorama da saúde com o enunciado ‘Fique em casa!’

Se os decretos emanados pelos órgãos executivos buscam regular a circulação das pessoas para evitar proliferação da doença por meio de uma ordem, como devemos interpretar o enunciado do ex-ministro? A reverberação da frase do ex-ministro também evoca uma ordem ou pode-se depreender dela uma mera recomendação para que as pessoas façam o isolamento urda necessidade de fazer isolamento social?

Para responder a essas questões, assumimos que o modo imperativo codifica um ato diretivo de diferentes valores nocionais (Searle, 1981) cujas formas não são exatamente as mesmas em todo o território. Nesse sentido, a fórmula ‘fique’ é uma expressão autoritária para os paulistas, mas não necessariamente para os nordestinos.

O artigo se compõe de cinco partes, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte e na segunda parte são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos e o contexto da campanha de isolamento social, respectivamente; na terceira parte revisamos a literatura sobre o modo imperativo na fala espontânea; na quarta apresentamos os resultados da análise das *hashtags* usadas pelas prefeituras após o término do pronunciamento do ministro (‘Fique em casa!’); na quinta parte restringimos a análise a São Paulo e efetuamos a leitura de alguns cartazes que contemplam a expressão imperativa para apontar diferentes atos ilocucionais.

Aporte teórico-metodológico

Focando atenção no problema da avaliação linguística, Labov (1972) ~~não referenciado~~ atenta para o fato de que a língua está sujeita a julgamentos dos falantes, de modo que não é raro encontrar diferentes tipos de valorações sociais de uma determinada variante linguística. Um traço linguístico marcado socialmente e de forma consciente pode caracterizar um caso de estereotipia. Saindo da esfera da atitude consciente, um traço linguístico pode ser marcado socialmente (indicador) e social e estilisticamente (marcador). O juízo de rispidez ou autoridade associado ao modo imperativo na forma do subjuntivo atribuído aos nordestinos pelos falantes da região sudeste evidencia um caso de estereótipo (Scherre et al., 2007). Para revisitar esse tipo de juízo relacionado à expressão imperativa, consideramos importante fazer a leitura a partir dos atos de fala.

Distintos dos enunciados constativos que consistem em ‘dizer algo’, os enunciados performativos codificam a noção ‘dizer é fazer’, como se observa no significado de formas verbais como ‘aposto’ e ‘prometo’ (Austin, 1990). Nem sempre, porém, ocorre a explicitação do performativo; além disso, o valor que lhe é dado é variável. O enunciado na forma imperativa ‘Fique em casa’ é um performativo que admite a leitura de comando ‘ordeno que fique em casa’, de conselho ‘é bom que fique em casa’ ou de aviso ‘para o seu bem, fique em casa’.

Aprimorando a interpretação dos enunciados, Austin observa que o ‘dizer algo’ configura um ato locucionário, pois tem sentido e referência determinados. Quanto à correlação entre palavra e ação, nem sempre o ‘fazer’ produz efeitos ou consequências, o que torna necessária a distinção entre ato ilocucionário e ato perlocucionário: aquele tem certa força ao dizer algo e, caso obedeça a certos ritos, convenções ou condições sócio-culturais, produz efeitos (‘batizar, julgar, ordenar’, etc.); este produz efeitos naturalmente,

ainda que nem sempre sejam aqueles almejados pelo enunciador. Um ato perlocucionário pode ter como objetivo, por exemplo, o convencimento ou a persuasão, mas pode produzir uma mera sequência, ou seja, ser alcançado apenas como informação.

Colocando o foco na cena comunicativa, Searle (1981) tece considerações sobre a conexão entre significação e intenção: “Conseguimos o efeito pretendido no ouvinte fazendo com que ele reconheça a nossa intenção de atingir aquele efeito” (Searle, 1981, p.60). Concentrando-se na intenção do falante e no efeito pretendido, tipifica e estrutura os atos ilocucionais por meio de regras que indiciam a força ilocucional (Tabela 1): i. o conteúdo proposicional (CP), ii. as condições preparatórias (CPR), iii. as condições de sinceridade (CS) e iv. a condição essencial (CE).

Tabela 1. Tipos de atos diretivos (adaptado de Searle, 1981).

	ORDENAR, COMANDAR	ACONSELHAR, SUGERIR
CP	Objetiva-se ato futuro do ouvinte O falante está numa posição de autoridade sobre o ouvinte. O ouvinte está em condições de realizar o ato e o falante assim acredita.	Objetiva-se ato futuro do ouvinte O falante tem alguma razão para acreditar que o ato beneficiará o ouvinte.
CPR	Não é óbvio que o ouvinte realizará o ato, por deliberação própria.	Não é óbvio que o ouvinte realizará o ato.
CS	O falante quer que o ouvinte realize o ato.	O falante acredita que o ato beneficiará o ouvinte.
CE	É uma tentativa de conseguir que o ouvinte realize o ato.	Assume-se que o ato é de grande interesse para o ouvinte.

Se o conteúdo proposicional é o mesmo, as condições de sua realização distinguem os atos diretivos. O comando tem uma base de autoridade; a força ilocucional da emissão do ato pode ser enérgica quando o falante insiste em que o ouvinte realize um ato. O conselho/sugestão se pauta no benefício que o ato acarretará ao ouvinte. Como estratégia de mostrar a alguém o que é melhor para ele, o conselho é uma forma de conscientizar o ouvinte para que ele tome sua decisão. Nesse sentido, a força ilocucional do ato de fala pode se revelar como tentativa tímida de levar o ouvinte a fazer algo (Searle, 2002).

A expressão imperativa também pode sustentar os atos ilocucionais de pedido/apelo e de aviso/alerta. Aquele se aproxima do comando por configurar uma tentativa de levar o ouvinte a realizar uma ação, mas se distancia dele pela ausência da condição de autoridade (‘Fica em casa, por mim, vai!’); este se aproxima do conselho por focar o interesse do ouvinte. Distingue-se do conselho no conteúdo proposicional e nas condições preparatória e de sinceridade: ‘um evento ou estado futuro’ que eventualmente possa vir a ocorrer e que o falante acredita que não é do interesse do ouvinte que ocorra (‘Fica em casa, se você não quiser adoecer’). Daqui em diante adotaremos a palavra apelo com significado amplo, aberto, incluindo nesse rótulo todos os atos diretivos.

Os atos diretivos se inscrevem no modo imperativo e formam o binômio forma < > função cujas propriedades se implicam mutuamente. O Português Brasileiro faz uso de duas formas de imperativo, um associado ao indicativo e outro ao subjuntivo¹, cuja estruturação sintática e cujos valores de certeza e de incerteza ou subjetividade, respectivamente associados a esses modos verbais, incidem na força ilocucional do ato diretivo. Apesar dessa incidência, esses valores não são estáveis.

Para analisar a força ilocucional das duas formas de imperativo, tomamos por base o princípio da marcação (Givón, 1995) que, entendido como estratégia de economia do processamento linguístico, é um fenômeno psicológico, no sentido de que estruturas rotinizadas são consideradas (-) menos marcadas e estruturas disruptivas são (+) mais marcadas. É um fenômeno complexo pois envolve também a dimensão cognitiva e tem como lastro a dimensão cultural.

A leitura (+) marcada ou (-) menos marcada de uma estrutura coloca em ação perspectivas de análise que elegem três critérios para distinguir o valor da marcação: i. distribuição de frequência; ii. Complexidade estrutural; iii. Complexidade cognitiva. Esses critérios sinalizam que são (+) marcadas as categorias menos frequentes, as que apresentam uma estrutura maior ou mais complexa e as que são mais salientes, ou seja, as que exigem menor esforço mental, menos atenção despendida e tempo de processamento. ‘Vis-a-vis’, são (-) marcadas as categorias mais frequentes, têm estrutura mais simples e são menos salientes do ponto de vista cognitivo. Dentro dessa proposta, o contexto discursivo é fundamental para a atribuição de um valor (+) ou (-)

¹ A associação do imperativo às formas do indicativo pode ser questionável, pois: i) o verbo *estar* não é usado no modo imperativo (‘*está em casa*’); ii) a forma do imperativo do verbo *ser* na 2a. pessoa (*sê*) não coincide com a forma do indicativo (*és*) e não é usada no Brasil. Entretanto, há de se reconhecer a recorrente homonímia entre indicativo e as formas do imperativo, razão pela qual adotamos a associação I-I neste trabalho.

marcado a um objeto linguístico. Nesse sentido, uma mesma estrutura pode ser abalizada com o traço (+) marcado em um determinado contexto e (-) marcado em outro.

Aplicando essa proposta ao modo verbal, tem-se que, pelo viés da complexidade estrutural e cognitiva, o modo indicativo é (-) marcado, pois, ocorrendo em todos os tipos de sentenças, é mais saliente e exige menos esforço, ao passo que o modo subjuntivo é (+) marcado por ser redutível às subordinadas e às sentenças exclamativas, fator de maior complexidade estrutural e cognitivo.

Quanto ao contexto discursivo, o modo imperativo-subjuntivo (I-S) é a forma (-) marcada em uma instrução (ex. manual para operar um aparelho) ou informação (ex. bula de remédio). Assim, o modo I-S é a expressão prototípica de um ato diretivo, de um comando inquestionável que responde a uma pergunta do tipo: ‘Quais as medidas necessárias/os protocolos médicos que devem ser seguidos para evitar a contaminação por Covid-19?’ No contexto discursivo de conselho, recomendação e convite o imperativo-indicativo (I-I) é a forma (-) marcada e responde a uma pergunta como: ‘Qual o cuidado que precisa ter para evitar a contaminação por Covid-19?’ Subentende-se uma frase como ‘você acha’ precedendo o grupo verbal ‘precisa ter’.

A partir desse quadro teórico, buscamos analisar o uso das expressões imperativas que embasam as campanhas de isolamento social em diferentes municípios brasileiros, a fim de observar a forma do imperativo adotada e a codificação de sua força ilocucional. Como a maior parte de *sites* oficiais das prefeituras paulistas não postaram campanhas com *hashtags* do tipo #fiqueemcasa ou #ficaemcasa, adotamos como ferramenta de busca de dados o *Facebook* e o *Instagram*, visitados na 1ª. quinzena do mês de abril de 2020. A adoção das redes sociais para a coleta de dados se explica pelo fato de terem se tornado importante canal de interação haja vista o grande número de seguidores e curtidores. Levamos em conta também o fato de que as redes propiciam o acesso a informações em tempo real e de forma simultânea e abrangente.

Focamos a atenção em avisos, informes e explicações sobre o convívio-19, sempre com o interesse em uma das expressões acima. Assim, foram visitados todos os municípios de vários estados, dos quais se recuperaram dados distribuídos em apelo (campanha de isolamento com a expressão dos *hashtag* #fiqueemcasa ou #ficaemcasa), não-apelo (nenhuma informação sobre Covid-19 ou Coronavírus) e outra (atenção à pandemia na forma de *hashtags* #Todosjuntoscontracoronavirus ou incentivos aos cuidados de higienização). Neste texto apresentamos os resultados de um experimento piloto sobre a expressão do imperativo pelos municípios brasileiros. Ao todo, foram levantados dados de todos os municípios referentes a 16 estados, cobrindo as regiões norte, nordeste, sul e sudeste: Acre, Roraima, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nosso interesse não é o mapeamento de todas as regiões do Brasil, mas a oposição mais geral entre Norte e Sul evidenciada na escolha das formas subjuntiva e indicativa, respectivamente (Scherre et al., 2007), e na divisão dialetal indicada por Nascentes (1953) reconfirmada por inúmeros trabalhos dialetológicos (Aguilera, 2009, entre outros). Daremos o tratamento estatístico aos dados para avaliar a frequência da forma veiculada pelas prefeituras.

Na sequência, procuramos focar o Estado de São Paulo distribuindo os dados dos 645 municípios por mesorregião geográfica – ao todo são 15 mesorregiões – para obtermos um mapa seja da veiculação da campanha seja da forma como ela foi realizada. A atenção centrada no Estado de São Paulo se deve à natureza política e simbólica do Decreto nº. 64.880/20 (2020) de quarentena de distanciamento social por 15 dias, assinado pelo governo do Estado. Apesar de não tratarmos de questões ideológicas, entendemos que a prospecção e a recepção de medidas restritivas de circulação, na conjuntura do embate entre o governo federal e o governo estadual paulista (respectivamente contra e a favor de tais medidas), têm reflexo na forma de apelo selecionada e veiculada pelos municípios para melhor alcançar a população local.

O alcance da campanha de isolamento social

Admitindo a necessidade de analisar o contexto de produção das *hashtags* para detectar a produção de sentido que as embasa, buscamos cenas que enquadrassem a campanha de isolamento e fornecessem dados de perspectivização do enfoque tomado pelo município sobre o tema. Tomando como metro a *hashtag*, visto ser a expressão que remete a uma cena comunicativa em que o cidadão é invocado como interactante, também coletamos formas mais vagas como ‘Todos juntos pelo corona’.

De modo geral, pode-se dizer que, no período analisado, as prefeituras municipais acataram a recomendação de isolamento social e reiteraram a campanha usando o *Facebook* como plataforma para atingir o maior número de munícipes alertando-os da necessidade de evitar saídas e contatos pessoais. O apelo via

rede social foi mais incisivo no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe e Ceará, superando a taxa de 80% de municípios envolvidos na campanha de isolamento social veiculada pelas *hashtags*.

As campanhas com atos diretivos veiculadas pelas *hashtags* no Estado de São Paulo, ainda que menos incisivas do que em alguns outros estados, alcançaram um índice percentual bastante expressivo (73%). Foram observadas diferenças gritantes no tipo de campanha adotada entre a área concernente ao complexo metropolitano expandido² que concentra 75% da população do estado (com cerca de 30 milhões de habitantes e responsável por 79,3% do PIB estadual), o interior paulista, mais especificamente o centro-oeste, e a área de transição (Araraquara e Ribeirão Preto) (Bordo, 2005). As prefeituras do complexo metropolitano expandido registram maior índice de atos diretivos voltados para o isolamento social (acima de 80%) e a área referente ao interior paulista se revelou a menos incisiva (entre 40%, em Assis, e 60%).

Nas áreas a leste do estado, a partir do alto planalto paulista, as ações das prefeituras têm sido mais incisivas no sentido de cobrar a coparticipação do cidadão no processo de prevenção da Covid-19.

No Oeste Paulista as ações privilegiam o alerta #Coronavirus. Não é raro encontrar inscrições como #JuntosSomosMaisFortes, #TodosContraCoronavirus e #JuntosVamosVencer, como se a população estivesse na assistência e não na arena da pandemia. São poucos os casos de orientação diretiva. Muitos dos municípios que não fizeram expresso apelo às pessoas para ficarem em casa apresentaram boletins epidemiológicos e deram informações sobre medidas preventivas: lavar as mãos, usar álcool em gel e usar máscaras. Alguns desses boletins são veiculados com o verbo no imperativo, mas não foram computados junto com as *hashtags*, para não enviesar os resultados uma vez que o par 'fica/fique' é marcado pela saliência fônica.

Duas formas de imperativo e dois metros de medida

A pesquisa buscou observar a forma de imperativo adotada como estratégia de cobrar uma atitude coparticipativa do cidadão para coibir a propagação rápida do Covid-19. Duas são as *hashtags* analisadas: #ficaemcasa e #fiqueemcasa. A primeira fórmula se apresenta no modo indicativo³ ('olha, fica, faz, sai', etc.); a segunda fórmula toma como forma-fonte o modo subjuntivo ('olhe, fique, faça, saia' (Mateus et al., 2003).

Cumprir observar que, enquanto no português de Portugal a escolha do imperativo é condicionada pelo contexto discursivo de maior ou menor distanciamento entre os interlocutores, no português do Brasil é orientada pela diferença geográfica. As pesquisas sobre o imperativo no português falado no Brasil mostram que no Sudeste é bastante frequente o uso do I-I, isto é, a aplicação da forma verbal do modo indicativo (ex. 'olha, fica'), chegando a níveis percentuais altíssimos nas amostras de língua falada (90%) (Scherre et al., 2007). No Nordeste, sobretudo em Recife e em Salvador, a fórmula I-I alcança índice inferior a 50% (Sampaio, 2001; Alves, 2004; Jesus, 2006).

Há, portanto, uma distribuição desigual das formas de imperativo quando se comparam cidades de diferentes pontos territoriais. A forma I-I (imperativo-indicativo) tem baixa frequência em Salvador, 28% (Sampaio, 2001), mas apresenta alta frequência (acima de 94%) nas cidades de Vitória (Evangelista, 2009), Rio de Janeiro (Sampaio, 2001), Campo Grande (Lima, 2005), Brasília (Scherre, Dias, Freitas, Jesus, & Oliveira, 1998) e Florianópolis (Bonfá, Pinto, & Luiz, 1997). Cardoso (2012), estudando o imperativo em Lages e em Florianópolis, identificou 75% de I-I. Esses dados opõem Salvador que privilegia I-S (imperativo-subjuntivo) aos estados do sudeste, sul e centro-oeste, que acionam I-I.

Entretanto, a Tabela 2 a cujos dados estão centrados em diferentes estados nordestinos opõe Maranhão aos demais estados nos estados nordestinos, com preferência pelo I-I, e apresenta o Rio Grande do Norte como o lugar em que I-S alcança os níveis mais altos (85%). Em outras palavras, o falar nordestino se apresenta de forma bastante heterogênea:

Tabela 2. Uso do I-I nas capitais nordestinas (Oliveira, 2017).

MA	CE	PI	RN	PE	PB	AL	SE	BA
68%	45%	30%	15%	29%	25%	28%	22%	24%

É preciso lembrar que essas diferenças extrapolam a modalidade falada da língua, como mostram análises do imperativo em histórias em quadrinhos (Scherre, 2002), letras de música (Mattos & Wickert, 2003) e textos literários (Abreu, 2003) que apresentam crescimento de I-I.

² Compõem o Complexo Metropolitano Expandido: as Regiões Metropolitanas (Vale do Paraíba e Litoral Norte, Baixada Santista, São Paulo e Campinas), as Aglomerações Urbanas (Piracicaba, Sorocaba e Jundiaí) e as Microrregiões (Bragança Paulista e São Roque).

³ A literatura tem chamado esse imperativo de verdadeiro. Não adotamos essa nomenclatura, pois tem perfil de valor.

A diferença dialetal entre norte e sul no que diz respeito às expressões imperativas é fonte geradora de estereótipos, como salientamos mais acima. A esse respeito Scherre et al. (2007), em nota de rodapé, assinalam que, provavelmente motivados pelo traço [+ distanciamento] associado ao I-S no português padrão, falantes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste correlacionam o uso do I-S a uma espécie de comportamento autoritário que caracterizaria a fala nordestina. Embora a atitude dos falantes a respeito de outro dialeto não possa ser tomada como diretriz do funcionamento de suas formas, como bem alertam os autores, entendemos que pode servir de pista para entender as fronteiras dialetais para além da mera disposição geográfica.

Ainda que no Brasil a escolha entre I-I e I-S na língua falada não seja condicionada pelo traço distanciamento, a atitude do falante o recupera para demarcar fronteiras na construção de identidades/alteridades. Nesse sentido, mesmo mobilizando um conhecimento linguístico passivo para caracterizar o outro, fornece, a contrapelo, pistas sobre si mesmo, pois tanto a produção quanto a recepção de uma expressão linguística é avaliada conforme critérios culturais e pessoais que muitas vezes não correspondem ao repertório do outro. Isso quer dizer que não é possível estipular uma medida comparativa entre as formas de imperativo usadas no Nordeste e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste: o direito e o avesso são duas faces do ato diretivo, mas o comando não está sujeito às mesmas condições do aconselhamento/recomendação.

Olhando pelo viés discursivo, poderíamos em princípio dizer que no Português Brasileiro o imperativo associado ao modo indicativo é uma forma (-) marcada, pois a sua forma-fonte tem alta frequência na fala e baixa complexidade estrutural e cognitiva (Givón, 1995). Esse é o caso do português da região sudeste, por exemplo, que privilegia o modo indicativo inclusive em sentenças subordinadas substantivas ('Suponho que vem'; 'Acredito que vem'; 'Duvido que vem'). Nessa variedade I-S é um modo (+) marcado porque sua forma-fonte (o subjuntivo) é menos frequente e de maior complexidade estrutural e cognitiva, pois a força ilocucionária do subjuntivo é dependente do significado do verbo da sentença matriz ('Espero que venha' = ato volitivo; 'É conveniente que venha' = conselho; 'Sugiro que venha' = ato sugestivo). Com efeito, Rocha (1997) identificou variação no uso do subjuntivo na região sudeste com verbos não-factivos volitivos (74%), não-factivos não-volitivos (79%) e com os verbos de opinião (41%). Por sua vez, Oliveira (2007) observou uso quase categórico do subjuntivo no nordeste para os verbos volitivos e não-volitivos.

Além da frequência e da complexidade estrutural responsáveis pelo traço (+ ou -) marcado, um outro aspecto pragmático entra em jogo na questão da escolha da forma do modo imperativo. O ato diretivo (no sentido de que o falante leva o ouvinte a fazer algo) expresso por meio do I-I é um ato de fala com força ilocucional mais amenizada (Searle, 2002), pois se realiza por meio de uma forma verbal fônica e morficamente não-marcada.

A esse propósito, convém lembrar que a substituição do pronome 'tu' por 'você' aciona o verbo na 3ª pessoa⁴ que, por pressão analógica da flexão do tempo presente da 1ª. conjugação, teria provocado o processo de apofonia de abertura nas demais conjugações (Albano, 2012) conservada no imperativo-indicativo ('leva, pede, segue'). Assim, no Português Brasileiro o imperativo em áreas em que se usa 'você', ainda que remeta à segunda pessoa do discurso, não é resultante da 2ª. pessoa do singular com perda do morfema de número-pessoa, mas da 3ª. pessoa gramatical, o que propicia ambiguidade entre uma leitura diretiva e uma leitura assertiva, desfeita pela presença de âncoras discursivas (Scherre, 2002, 2004; Scherre, 2005) como o vocativo, o sujeito pronominal, a presença de dêiticos e de modalizadores prosódicos, como entonação e outros elementos ligados à voz (Neves, 2006), e também pelas marcas de polidez ('por gentileza, por favor'). Esses elementos e o uso de um verbo na 3ª. pessoa atenuam a força ilocucionária do I-I de forma a que o imperativo 'fica' pode assumir significados vários (convite, exortação, pedido, súplica, conselho). Nessas variedades, o imperativo engendrado pelo modo subjuntivo em oração independente assegura, por si só, a força ilocucionária mais enérgica de um ato diretivo (Searle, 2002) cujo conteúdo proposicional se reduz à ideia do comando. A imagem acústica da abertura das vogais tônicas caracteriza a expressão imperativa dos 'sulistas'. É possível (hipótese a ser verificar) que a alteração da imagem acústica incida na alteração da força ilocucional, levando a interpretar as formas I-S como um ato diretivo específico (o de comando).

Diferente é o caso das variedades linguísticas no Nordeste, em que prevalece I-S (Sampaio, 2001; Alves, 2004; Jesus, 2006). A sua incidência é mais alta por ocorrer regularmente nas sentenças subordinadas, nas sentenças exclamativas ('Oxalá chegue logo!') e imperativas, o que nos leva a inferir que não se pode atribuir a marcação 'sulista' ao I-S 'nortista'. Nessas variedades em que se registra a variação da abertura de vogais

⁴ Falares em que se mantém o "tu" registram a falta de concordância formal com a 2ª. pessoa verbal.

pretônicas (Cardoso, 1999), não se adota o paradigma do indicativo que manifesta a apofonia da abertura das vogais tônicas, mas sim as formas do subjuntivo que manifesta, ao menos com um bom número de verbos de 2^a. e 3^a. conjugações, fechamento das vogais ('beba, coma, desça, siga, durma') e saliência fônica ('faça, venha, traga').

Pelo viés da marcação, em que o sentido de uma forma é regulado pela rotinização ou não das formas linguísticas e pela complexidade estrutural e cognitiva, a apofonia da abertura das vogais do I-I nos dialetos meridionais recebe o valor (-) marcado e, portanto, é associado ao ato diretivo menos enérgico, como é o conselho. A forma I-S, sendo (+) marcada, é associada ao ato diretivo de comando. Nas áreas setentrionais o modo I-S, portador do traço 'irrealis', é uma estrutura mais rotinizada e, portanto, apresenta-se (-) marcado e, como tal, tem força ilocucional mais amenizada, podendo ser usado para expressar significados diversos (convite, exortação, pedido, súplica, conselho). Nessas regiões, o modo que codifica eventos reais, apesar de ocorrer também em estruturas assertivas (e talvez por esse mesmo motivo), é passível de ser interpretado como comando quando o sujeito oracional deixa de ser expresso.

Em outras palavras, o sistema é o mesmo, mas com sinais trocados. Nesse sentido, o efeito que o imperativo nordestino causa no sulista, e vice-versa, não corresponde necessariamente à sua real função.

Esse quadro aponta algumas orientações: i. a diferença geográfica rege a escolha do imperativo; ii. não há paralelismo entre as formas do imperativo e a marcação do ato ilocucional; iii. a forma (-) marcada veicula diferentes significados de um ato diretivo; iv. a forma (+) marcada veicula a força ilocucionária de comando. Seguindo esses critérios, a forma (-) marcada responsável pela codificação de diferentes valores (conselho, aviso, pedido) é o I-I ('fica') no Sudeste e o I-S ('fique') na região Nordeste. Em uma leitura especular, a força ilocucionária de comando é acionada pelo I-S no Sudeste e pelo I-I no Nordeste. Vale dizer que, para expressar um valor taxativo, que poderia ser o ato de comando, a escolha recairia na forma marcada, que tem por função causar estranhamento e exigir uma atenção para o tipo de ato proferido. Essas diferenças são fundamentais para compreendermos a recepção da recomendação feita pelo ex-ministro da saúde e observarmos como os municípios brasileiros têm feito para reverberar a campanha de isolamento social promovida pelo Ministério da Saúde.

Chamando as pessoas para a necessidade de se fazer isolamento social

Vejamos como foi recepcionada a fala do ex-ministro, por meio da produção de campanhas de isolamento social nos 16 estados brasileiros em análise:

Em conformidade com a Figura 1, no Sul e no Sudeste do país as campanhas adotaram o I-S, contrariamente ao que ocorre na fala espontânea. Como explicar essa diferença numérica? A nosso ver, a escolha pela fórmula I-S nessas regiões sugere que a intenção comunicativa do ex-ministro ao usar o enunciado 'fique em casa' foi interpretada como um comando e como tal foi replicada pelas prefeituras municipais, com taxas de frequência que giram em torno de 80%.

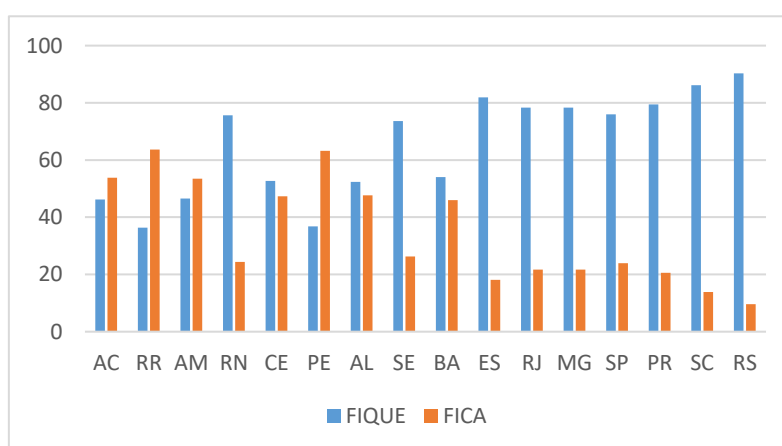


Figura 1. A forma imperativa usada nos municípios brasileiros.

Na região Nordeste alguns Estados como Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas repercutiram a forma usada pelo ministro #Fiqueemcasa. Justamente por ser a mesma fórmula adotada na fala espontânea, o ato ilocucional associado a essa expressão é mais atenuado: o critério de frequência permite identificar o traço (-) marcado dessa fórmula, o que sugere ter sido recepcionada como um conselho ou como uma recomendação. Contrariamente ao que ocorre nos estados mais ao sul do país, a fórmula #Ficaemcasa também

usada por várias prefeituras nordestinas pode ser a expressão usada para traduzir a ideia de comando, recepcionada talvez a partir entendida do efeito do eco entoacional do ministro ao final das coletivas de imprensa.

Seria necessário aplicar testes de avaliação para garantir a diferença de leitura das formas do imperativo. Entretanto, algumas pistas de teor linguístico nos cartazes podem auxiliar nesse sentido. O cartaz da esquerda (Figura 2a) fornece várias instruções sobre higienização com o I-S ('molhe' bem suas mãos, 'passe' sabão, 'fricção' bem, enxague, 'lave' entre os dedos, 'feche' a torneira com papel toalha e 'seque' as mãos). São instruções, atos de comandos realizados por I-S. O cartaz da direita (Figura 2b) também usa o I-S em 'Seja' responsável com o próximo. 'Pratique' isolamento social'. Todavia, como não há como exigir do ouvinte um comportamento responsável, dada a subjetividade do enunciado, não se pode concluir que I-S tenha sido usado como ato de comando, mas de sugestão, aconselhamento ou recomendação. Pois bem, apesar de esses atos diretivos serem explicitados na forma I-S, os mesmos cartazes veiculam a expressão #ficaemcasa: o I-I dos cartazes destoa no contexto de uso massivo de I-S, estranhamento (frequência baixa) que lhe dá o traço de (+) marcado para ressaltar a importante mensagem que se procura passar na conjuntura da pandemia, energia que dá ao ato diretivo a força ilocucionária de comando.



Figura 2. O imperativo na forma I-I: a força ilocucionária de comando.^{5,6}

Mais complicados são os demais estados do Nordeste e do Norte do país que mostram grande variação linguística. Estudos a partir de outros gêneros textuais, seguidos de testes de avaliação, são necessários para compreender a recepção da mensagem do ex-ministro pelas diferentes populações.

O chamamento dos paulistas ao isolamento social

Contrastando com os resultados para a fala espontânea, as campanhas em São Paulo valorizaram a forma empregada pelo Ministério da Saúde: 75,51% dos municípios adotaram a forma 'fique', em nítida oposição ao que ocorre na fala espontânea. Assumindo que I-S tem o traço (+) marcado na região Sudeste, o qual codifica o ato ilocucional de comando na fala espontânea, como devemos interpretar a recepção e repercussão dessa fórmula pelos paulistas após o enunciado do ministro? Antes de responder a essa questão, vejamos o mapeamento dessa fórmula no estado de São Paulo.

O cruzamento do imperativo por mesorregião permite observar que o I-S ('fique') predomina em todas as mesorregiões paulistas (Figura 3). O imperativo-indicativo ('fica') que tipifica a fala espontânea da região Sudeste também aparece distribuído em todas as áreas, mas aparece com índices abaixo dos 20%. A exceção fica por conta de Piracicaba e das regiões do Centro-Oeste Paulista (em torno dos 30%): Araçatuba, Marília e Presidente Prudente.

De modo geral, 'fique' é a fórmula repercutida pelos paulistas, mesmo naquelas que apresentaram menor índice do apelo ao isolamento social por meio dessas *hashtags*. Para reconhecer o tipo de ato ilocucional dessas fórmulas, recorremos ao contexto discursivo.

⁵ Disponível em <https://pt-br.facebook.com/prefeituradeindiaraoba/>

⁶ Disponível em <https://pt-br.facebook.com/prefeituradeboquim/>

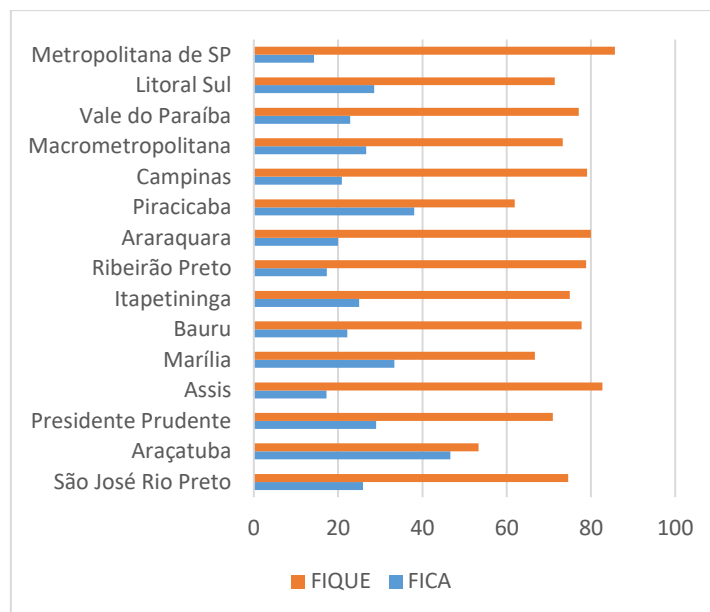


Figura 3. Forma de imperativo por mesorregião.

O cartaz da Prefeitura de São Paulo (Figura 4) apresenta as instruções para cada sintoma e o cartaz de Piracicaba orienta a população a ficar em casa e usar a máscara. As instruções e as orientações aparecem na forma I-S, codificando um ato de comando e de aviso, respectivamente:



Figura 4. Imperativo na forma I-S: a força ilocucionária de comando.⁷

Os cartazes das prefeituras dos municípios de Luiz Antônio (Mesorregião de Ribeirão Preto) e Guarujá, além de trazerem de maneira clara o chamamento #fiqueemcasa, fornecem mais subsídios à sua interpretação (Figura 5).

O adesivo de Luiz Antônio, além de indicar que a atitude cobrada é ‘pelo bem de todos’, faz a seguinte advertência: ‘Neste momento, precisamos do apoio e colaboração de toda a população. Só saia de casa em caráter de urgência. Nosso inimigo é invisível’. Uma linha na forma de um eletrocardiograma na base do cartaz lembra a doença, já a multiplicação do desenho do coronavírus repercute a proliferação da doença. O colorido azul do adesivo do Guarujá simboliza a ideia de que está tudo em paz e a fotografia de banhistas, de relaxamento. No entanto, o cartaz na forma de carimbo sobre esse plano condena a atitude dos banhistas e orienta que: ‘Quarentena não é férias’.

⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/332602886858180/photos/a.681942965257502/2823159737802470/?type=3&theater>



Figura 5. Imperativo na forma I-S: função normativa e corretiva.⁸

Particularmente no Oeste Paulista, quando se anuncia a medida de quarentena, sempre se procura associá-la ao decreto do governador para marcar uma autoridade que a sustenta ou para se eximir de qualquer responsabilidade sobre um ato diretivo que fere o direito de ir e vir do cidadão. O emprego de ‘fique’, nesses casos, é diretamente associado à autoridade que delibera o isolamento social e, desse modo, é interpretado como um ato diretivo de comando.

Enfim, apesar da alta frequência da fórmula imperativa ‘fique’ nos municípios paulistas, não houve alteração do seu traço (+) marcado, de modo a veicular a ideia de ato ilocucional de comando. Alguns municípios, porém, ao aderirem à campanha de isolamento, optaram pela forma menos marcada que veicula diferentes valores (convite, conselho).

Considerações finais

A campanha de isolamento social promovida pelo Ministério da Saúde sempre expressa ao final das coletivas por ‘Fique em casa’ pelo ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (período em que foi realizada a coleta de dados) repercutiu amplamente nos diferentes Estados, tendo sido replicada pelos municípios brasileiros na forma adotada pelo ministro #Fiqueemcasa ou modificada #Ficaemcasa.

Considerando a diferente distribuição geográfica das formas do imperativo, as funções que se lhe atribuíram nem sempre foram as mesmas. No Sul e no Sudeste o enunciado do ministro é decodificado como ato diretivo na acepção de comando ou de aviso; no Nordeste, o ato diretivo assumiu diferentes formas e funções. É interessante observar que no Estado de Sergipe em que se manifestou alto índice de apelo ao isolamento social e alto índice do enunciado ‘Fiqueemcasa’ os cartazes traziam a figura de uma casa, como estratégia adicional para marcar a noção de comando. Repercutiu-se a fórmula usada pelo ministro, mas a noção de comando parece ter sido deslizada para o elemento figurativo, pois o I-S nessa área codifica outros atos diretivos.

No que concerne ao Estado de São Paulo, a distribuição dos dados por mesorregiões mostrou uma diferença marcante entre o leste e o oeste paulista. As mesorregiões do leste paulista apresentam mais campanhas direcionadas ao isolamento social e adotam o imperativo #fiqueemcasa, como um ato diretivo-comando ou um aviso a ser observado em tempo de pandemia. São regiões com maior densidade populacional, constituídas de metrópoles e de aglomerações urbanas em processo de conurbação, formando o complexo metropolitano expandido. De economia diversificada, com parque industrial, complexo portuário e aeroportuário exportador, centro de serviços especializados e polo de ciência e tecnologia, essa área contém cerca de 75% da população do estado.

As zonas Centro-Oeste de São Paulo investiram pouco nas campanhas de isolamento social que exigem a contrapartida do cidadão comum. Em geral apresentam boletins epidemiológicos diários e, quando pedem o respeito à quarentena, fazem referência ao decreto do governo do Estado, como se fosse um comando ou uma instrução que foge à alçada das prefeituras. A forma do imperativo usada (#ficaemcasa), por ser menos marcada e, portanto, ter diferentes leituras, expressa um ato ilocucional mais atenuado para atingir o público-alvo. Talvez a opção por essa forma seja uma estratégia de preservação da face da prefeitura. Entretanto, não avançamos na análise dessa questão.

As diferenças observadas entre os usos na fala espontânea e a recepção de um ato diretivo mostram que uma campanha como essa, de enorme interesse para a saúde da população, teria de levar em conta as

⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/prefeitura.guaruja/>

subjetividades e as ‘sensibilidades’ linguísticas para evitar ruídos de comunicação. Não se pode usar uma mesma fórmula, pasteurizar uma expressão linguística, e esperar que seja interpretada pela perspectiva daquele que a elaborou. Nesse sentido, o reconhecimento do plurilinguismo é fundamental para alcançar a função genuína da comunicação tornando-a mais efetiva.

Essa pesquisa piloto se propôs a sugerir uma nova abordagem para o estudo da expressão do imperativo no Português Brasileiro, a partir da orientação de Baxandall (2006) de prestar atenção não apenas ao objeto, mas ao efeito que ele nos causa. A aplicação dessa proposta apresenta inúmeras lacunas e merece ser reexaminada e revisada, a partir da ampliação do quadro de análise, incluindo a região centro-oeste do país, e da discussão de questões não respondidas neste artigo, trabalho que pretendemos realizar futuramente.

Referências

- Abreu, R. S. P. (2003). *Estudo da variação do modo imperativo em obras de Jorge Amado*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Aguilera, V. d. A. (2009). Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In D. d. Hora (Org.), *ABRALIN 40 anos. VI Congresso Internacional da ABRALIN. Anais* (Vol. 2, p. 4219-4233). João Pessoa, PB. Recuperado em 20/05/2020 de <https://bitlybr.com/3i5VmK>
- Albano, E. C. (2012). Dinâmica sincrônica e diacrônica da deriva de abertura das vogais médias tônicas do português. *Revista da Abralín*, 11(1), 307-364. DOI: <http://doi.org/10.5380/rabl.v11i1.32469>
- Alves, G. C. (2004). A influência da simplificação da conjugação verbal da construção do imperativo. In D. d. Hora (Org.), *Estudos Sociolinguísticos – Perfil de Uma Comunidade* (p. 157-182). João Pessoa, PB: UFPB.
- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ação* (D. M. d. Souza Filho, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Baxandall, M. (2006). *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros* (V. M. Pereira, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Bonfá, C. R. Z, Pinto, I. A., & Luiz, I. (1997). *Imperativo: uma comparação entre Lages e Florianópolis*. Florianópolis, SC: UFSC/CEP.
- Bordo, A. (2005). Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. *Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona*, 9(194). Recuperado de <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-79.htm>
- Cardoso, S.A.M. (1999). As vogais médias pretônicas no Brasil: uma visão diatópica. In V. d. A. Aguilera (Org.), *Português no Brasil: Estudos Fonético e Fonológicos* (p. 95-108). Londrina, PR: Edel.
- Cardoso, B. (2012). *Um estudo variacionista sobre as formas verbais imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages: uma questão de encaixamento?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Correio Braziliense. (2020, 01 de abril). *Abril inicia o período mais temido pela rede de saúde*. Recuperado em <https://bitlybr.com/mcUqRd36>
- Decreto Nº 64.880. (2020, 20 março). Dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus). Recuperado de <https://bitlybr.com/FL2p6e>
- Evangelista, E. M. (2009). Fala Vitória! A variação do imperativo em Vitória/ES e sua posição no cenário nacional. In *Anais Abralín* (p.1146-1158). João Pessoa, PB.
- Faraco, C. A. (1986). Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *DELTA*, 2(1), 1-15.
- Givón, T. (1995). *Functionalism and grammar*. Philadelphia, PA: John Benjamins Publishing.
- Jesus, E. T. d. (2006). *O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Lima, D. P. S. (2005). *O uso do imperativo na fala de Campo Grande - MS* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., ...-Villalva, A. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (5a ed. rev. e ampl.). Lisboa, PT: Caminho.
- Mattos, A. & Wickert, A. (2003). A variação de imperativo na obra de Chico Buarque de Hollanda. *Papéis: Revista de Letras*, 7, 29-38.

- Nascentes, A. (1953). *O linguajar carioca* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Organização Simões.
- Neves, M. H. d. M. (2006). Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In M. H. d. M. Neves (Ed.), *Texto e gramática* (p. 151-166). São Paulo, SP: Contexto.
- Oliveira, J. M. d. (2017). O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In N. d. S. Lopes, J. M. d. Oliveira & L. M. d. J. Parcero (Orgs.), *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade* (p. 27-44). São Paulo, SP: Blucher.
- Oliveira, M. d. C. d. (2007). *O uso do modo verbal em estruturas de complementação no Português do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Rocha, R. C. (1997). *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Sampaio, D. A. (2001). *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Scherre, M. M. P., Dias, J. G., Freitas, V. A. d. L., Jesus, E. T., & Oliveira, H. R. d. (1998). Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In C. Paradis et al. (Eds.), *Papers in Sociolinguistics. NWAVE-26 à l'Université Laval* (p. 63-72). Quebec, CA: Nota Bene.
- Scherre, M. M. P. (2002). A norma do imperativo e o imperativo da norma – uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In M. Bagno (Org.), *Linguística da Norma* (p. 217-265). São Paulo, SP: Loyola.
- Scherre, M. M. P. (2004). Norma e uso – o imperativo no português brasileiro. In W. Dietrich & V. Noll (Orgs.), *O Português do Brasil – Perspectivas da pesquisa atual* (p. 231-260). Madrid/Frankfurt, UE: Iberoamericana/Vervuert.
- Scherre, M. M. P. (2005). *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo, SP: Parábola.
- Scherre, M. M. P., Cardoso, D. B. B., Lunguinho, M. V. d. S., & Salles, H. M. M. L. (2007). Reflexões sobre o imperativo em Português. *DELTA*, 23(3), 193-241. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-44502007000300010>
- Scherre, M. M. P. (2008). O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. In S. Votre & C. Roncarati (Orgs.), *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica* (p. 306-319). Rio de Janeiro, RJ: Faperj.
- Searle, J. R. (1981). *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, PT: Almedina.
- Searle, J. R. (2002). *Expressão e significado – Estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo, SP: Martins Fontes.